

MERCADOS

Fiat Group Automobiles com novo administrador-delegado ibérico

Luca Parasacco é o novo administrador-delegado do Fiat Group Automobiles Portugal e do Fiat Group Automobiles Espanha. Luca Parasacco sucede a Luca Napolitano, que passa a ocupar em Turim a direção da marca Fiat para a Europa, Médio Oriente e África (EMEA). Nascido em 1971, em Turim (Itália), Parasacco desempenhou funções na Iveco, de 1997 a 2009, e está no grupo Fiat desde então.

Mercado editorial português em queda

Segundo o estudo Setores Portugal "Indústria Editorial" publicado pela Informa D&B, o mercado editorial português tem mantido nos últimos anos uma trajetória descendente, resultante da proliferação de conteúdos eletrónicos e da retração do consumo privado. Neste contexto, o valor das vendas em Portugal registou em 2014 uma queda de 3,2%, situando-se nos 300 milhões de euros.

ESTUDO CETELEM SOBRE A LITERACIA FINANCEIRA**Um quinto dos portugueses não faz qualquer controlo do seu orçamento**

O estudo Cetelem sobre a literacia financeira dos portugueses revela que 20% dos consumidores não fazem qualquer gestão do seu orçamento familiar. Face a 2014, verifica-se um aumento muito significativo deste aspeto, uma vez que no ano passado apenas 2% dos inquiridos confessavam não controlar os seus ganhos e os seus gastos. A análise mostra ainda que a consulta do extrato bancário continua a ser a forma de controlo preferida dos portugueses.

Questionados sobre a forma como fazem a gestão do orçamento familiar, a maioria dos portugueses (61%) diz consultar regularmente o extrato bancário. Já nos anos anteriores os consumidores mostravam uma clara preferência por esse método de

Verifica-se um aumento de consumidores a recorrer à ajuda do seu gestor de contas

controlo: em 2013 eram 56% a consultar de forma regular o extrato bancário, em 2014 cerca de 70%.

Ferramentas por usar

Face aos anos anteriores, verifica-se um aumento de consumidores a recorrer à ajuda do seu gestor de contas. Atualmente, 7% dos consumidores dizem optar por esse método, mais do que em 2013 e 2014, quando eram apenas 2%. Pelo contrário, a utilização de uma tabela de controlo de gastos perdeu adeptos, tendo passado dos 21% no ano passado para os atuais 7%. O recurso a ferramentas de check up financeiro permanece residual: menos de 1% dos consumidores usa esse método.

"Apesar de terem ao seu dispor uma série de ferramentas úteis, muitos portugueses continuam a não fazer a gestão do seu orçamento familiar. Esta gestão é fundamental para ajudar a prever despesas, antecipar encargos, manter alguma liquidez e realizar poupanças", explica Diogo Lopes Pereira, diretor de marketing do Cetelem.

RITA ALMEIDA FREITAS, ART ADVISOR E DIRETORA-GERAL DA IMAGINALIS, CONSIDERA

"Arte deve ser acrescentada de investimentos"

Muitos são os especialistas em investimentos a aconselharem a diversificação como caminho para o sucesso. Nesse ponto de vista, a arte também deve ser encarada, de acordo com Rita Almeida Freitas, art advisor e diretora-geral da Imaginalis. "A arte deve ser vista como alternativa a ser acrescentada a um portfólio de investimentos", afirma, em entrevista à "Vida Económica", esta portuguesa que, atualmente, está sediada em São Paulo, no Brasil, mas viaja pelo mundo todo à procura dos melhores investimentos. Rita Almeida Freitas avisa, porém, que a arte "não pode ser considerada como um investimento tradicional", pois "o risco é, em regra, maior". Ainda assim, dá um exemplo de um artista que valorizou 300% em dois anos.

AQUILES PINTO
aquiles.pinto@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Por que razão o número de pessoas que compram arte como investimento está crescer?

Rita Almeida Freitas – Nos últimos anos, o número de pessoas que compram arte como investimento está a crescer exponencialmente. Existem vários fatores que justificam este cenário. Em primeiro lugar, temos assistido, nos últimos anos à incerteza nos mercados financeiros e na situação económica. Nesse sen-



"O número de pessoas que compram arte como investimento está a crescer exponencialmente", segundo Rita Almeida Freitas.

tido, a arte funciona como uma excelente alternativa a um portfólio. É um investimento num bem escasso, com longevidade e que, na maior parte dos casos, pode ser usufruída diariamente. Existem, ainda, fatores que pesam na hora de olhar para a arte como um investimento. Destaco o apelo emocional, algo que não se obtém em outro tipo de investimentos, e o fator social, uma vez que colecionar arte proporciona o contacto com vários outros colecionadores de elevado estatuto e convites para fazer parte de um círculo social restrito. Cada vez mais pessoas são atraídas por este estatuto.

VE – A arte pode ser considerada alternativa aos investimentos financeiros tradicionais?

RAF – Em qualquer bom portfólio de investimento, a chave é a diversificação. A arte deve ser vista como alternativa a ser acrescentada a um portfólio de investimentos. Nesse sentido, a arte foi incluída entre as classes de ativos alternativos com mais sucesso: SWAG – Silver, Wine, Art and Gold. É importante sublinhar que existe uma baixa correlação entre os mercados acionistas globais e art index, o que pode ser uma proteção quando há uma crise nos mercados financeiros. O grande downside é que, apesar de a volatilidade ter sido

considerada a mesma em ambos os mercados acima mencionados, os investimentos financeiros tradicionais são mais líquidos do que a arte. Para uma maior potencialização, uma obra não deverá ser vendida a qualquer momento, mas sim no momento mais oportuno, o que requer um compromisso de médio a longo prazo do investidor. A arte não pode ser considerada como um investimento tradicional e o risco é em regra, maior. No entanto, os retornos poderão ser excecionais se for aconselhado pelas pessoas certas. Dou o exemplo do artista Secundino Hernandez cujos preços observaram uma subida de 300% em dois anos.

De Serralves a São Paulo com escala em Londres

Rita Almeida Freitas desempenha uma atividade de art advisor, ou seja, aconselha os seus clientes na compra de peças de arte, dos mais variados estilos, segundo o gosto e orçamento de cada cliente. Sediada em São Paulo, a Rita Almeida Freitas viaja por feiras de arte de todo o mundo, sendo as mais importantes, as de Basileia, Miami, Hong Kong, Londres, Nova Iorque e Paris. O papel da Rita é detetar as melhores oportunidades para os seus clientes e, descobrir, novos talentos, cuja compra de peças possa significar um bom investimento. Nesse sentido, considera que em Portugal existem muitos e bons artistas, que não

têm o seu valor tão reconhecido como deveriam. Estudou gestão na Universidade Católica do Porto e teve, ainda, formação em arte no Sotheby's Institute of Art (Londres); Christie's Education (Londres); Escola Comércio de Nantes e em São Paulo. Em termos profissionais, trabalhou na Fundação de Serralves, no Porto, e em Londres, na Phillips de Dury & Company, antes de decidir trabalhar por conta própria.

Caraterísticas da atividade atual: foco na arte moderna e contemporânea; aconselhamento na compra de peças; criação de

coleções para pessoas que estão a começar a colecionar, quer para aqueles que têm amor à arte, como para os que vêm numa coleção apenas um investimento; acompanhamento de clientes a feiras; avaliação de coleções.

Curiosidades: é habitual encontrar conhecidas estrelas de Hollywood nas feiras que frequenta; cada nacionalidade tem gostos muito diversos e pretensões diferentes para a sua coleção. Está há 10 anos fora de Portugal e tem como objetivo regressar a Portugal daqui a alguns anos, de modo a trazer o seu conhecimento e experiência para o nosso país.

Zurich reúne 650 agentes em evento nacional

A Zurich reuniu 650 mediadores no 11.º Congresso do Agente Principal Zurich, que decorreu em Lisboa. No encontro, foram abordados os eixos prioritários para 2015, as oportunidades do setor segurador em Portugal e os desafios da profissionalização para o agente profissional de seguros. Foi ainda anunciada a quarta edição da Conferência Internacional de Agentes, que terá lugar em 2016 e que reúne e premia agentes Zurich de todo o mundo.

Ações impulsionam intermediação financeira

O valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários ascendeu a mais de 14,8 mil milhões de euros, em fevereiro, um aumento de 4,2%, relativamente ao mês anterior. O valor das ordens relativo a dívida recuou em ambos os segmentos, 3% e 14%, respetivamente, nas dívidas privada e pública. No segmento acionista houve um acréscimo de 21%, de acordo com a CMVM, e a Fincor.

a um portfólio

“Os estudos apontam para um retorno anual médio os 6,5 e os 10%”

VE – Estaremos a falar de que retornos anuais médios?

RAF – Os estudos feitos neste sentido apontam para um retorno anual médio os 6,5 e os 10%.

VE – Nos investimentos tradicionais, contratamos os serviços de um gestor de investimentos. Como deve o investidor proceder em arte?

RAF – Se não quiser estar envolvido no processo, pode investir em fundos de arte. Há vários, mas é preciso escolher o fundo que tenha os melhores art experts. Se quiser estar mais envolvido no processo, investir em arte enquanto ao mesmo tempo usufrui das obras em casa, o mais seguro é contratar um art advisor. Estes agentes conhecem o mercado a fundo e frequentemente têm acesso a informações privilegiadas relativamente aos artistas. O valor

e potencial da obra vai depender de diversos fatores como o artista, o suporte, a história da peça (procedência), entre outros. Por isso, é importante falar com um especialista antes de investir. Tendo um orçamento considerável, podem discutir estratégias e este trabalhará para que as obras compradas tenham exposição máxima.

VE – Portugal tem artistas cujas obras pode ser consideradas investimentos?

RAF – Sim. Portugal tem vários artistas de grande talento e compra das suas obras, pode ser considerado um investimento. De momento, destaco a Helena Almeida.

VE – Qual o potencial?

RAF – O potencial de um artista está relacionado com as exposições que vai fazer, quem o coleciona, quem o representa, entre outros fatores. A Helena Almeida vai fazer uma exposição itinerante pela Europa e que depois termina em São Paulo. Para além do seu talento, esta exposição irá dar-lhe grande projeção. Como em todas as áreas, “aparecer” é essencial. E, essa é, também, a tarefa de um art advisor.

ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS VISAM REFORÇAR CAPITAL

Alargado limite à emissão de obrigações como alternativa ao financiamento

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

A necessidade de encontrar soluções alternativas ao financiamento das empresas, para além do crédito bancário, levou o Governo a aprovar um conjunto de alterações em sede do Código das Sociedades Comerciais (CSC) quanto aos regimes das ações preferenciais e das obrigações previstos naquela legislação.

Com efeito, o Decreto-Lei nº 26/2015, de 06.02 (em vigor desde 02.03.2015) veio alargar as opções de financiamento através de instrumentos híbridos de capital (ações preferenciais) e rever regras aplicáveis à emissão de obrigações, com destaque para as respeitantes aos limites de emissão e respetivas exceções. Desde logo, este novo regime coloca um novo limite de emissão de obrigações (art. 349.º CSC) e várias exceções. Assim, segundo a análise do departamento jurídico do BPI, “o limite deixa de ser o dobro dos capitais próprios, passando apenas a exigir-se que a sociedade apresente, após a emissão, um rácio de autonomia financeira (capitais próprios/ativos líquidos) igual ou superior a 35%”.

Este rácio terá por base de cálculo “um dos seguintes critérios: i) o balanço do último exercício; ii) um balanço especial, reportado à data que não anteceda o trimestre anterior à data de emissão de obrigações, ou iii) o balanço do primeiro semes-

tre do exercício em curso à data da emissão de obrigações, caso a sociedade esteja obrigada a divulgar contas semestrais”. Por outro lado, “aplicando-se mais que um dos critérios, considera-se o mais recente”, refere o BPI. É também alargado o elenco de exceções a que não se aplica o limite.

Acrescentam-se agora os seguintes casos: i) emissões cujo valor nominal unitário seja igual ou superior a 100 mil euros, ou o seu contravalor em euros, ou cuja subscrição seja efetuada em lotes mínimos de valor igual ou superior a 100 mil euros, ou o seu contravalor em euros; ii) emissões que sejam integralmente subscritas por investidores qualificados, na aceção do Código dos Valores Mobiliários, e desde que as obrigações emitidas não sejam subsequentemente colocadas, direta ou indiretamente, junto de investidores não qualificados.

Quanto às modalidades de emissão, constantes no art. 360.º CSC, são ampliados e flexibilizados os tipos de obrigações que podem ser emitidos. Pelo art. 357.º do CSC, alarga-se ainda o leque de pessoas e entidades que podem ser representantes comuns de obrigacionistas.

Ações preferenciais sem voto

De acordo com a análise do banco BPI, as ações preferenciais sem voto, “além de direitos patrimoniais espe-

ciais”, “conferem todos os direitos de natureza patrimonial inerentes às ações ordinárias, com exceção do direito de voto”.

Quanto àqueles direitos patrimoniais, o limite mínimo do dividendo prioritário passa a ser 1% do valor nominal, (antes 5%) ou, nas ações sem valor nominal, do seu valor de emissão deduzido de prémio de emissão. No âmbito da natureza do dividendo prioritário, passam a prever-se três modalidades: a geral (titulares de ações preferenciais terão direito a participar na partilha dos lucros distribuíveis da sociedade), a adicional (estatutos podem prever direito a um dividendo adicional, o qual, além de ser pago com prioridade, acresce aos dividendos a atribuir a cada acionista) e a preclusiva.

No que toca ao pagamento do dividendo prioritário, passa a prever-se, como novo regime geral (aplicável por defeito), que os estatutos possam determinar um número de exercícios mais alargado para pagamento dos dividendos, sem que se estabeleça um limite máximo findo o qual estas ações recuperem o direito de voto.

Finalmente, a lei passa a admitir expressamente (art. 344.º-A CSC) - o que a doutrina já admitia - a emissão de ações com direito de voto e que, ainda assim, disponham de dividendo prioritário ou com outros direitos especiais, desde que expressamente previstos nos estatutos.

Vendas em leilão crescem 150% numa década

- Em 2013, foram vendidos em leilão ou através de dealers 47,4 mil milhões de euros de arte e antiguidades, um aumento de mais de 150% na última década
- A Deloitte estabeleceu recentemente o Art & Finance Group. Oferecem aos colecionadores, empresas relacionadas com arte e instituições culturais serviços relacionados com impostos, consultoria e “business inteligente” (já tradicionais na Deloitte) e ajudam instituições financeiras a incorporar arte e “collectibles” nos seus modelos de consultoria
- O número de pessoas que compram arte como investimento cresceu (76% dos entrevistados em 2013 confessaram comprar arte como investimento, comparativamente com 53% em 2012)
- Um número crescente de

- profissionais da arte (76%) e colecionadores de arte (62%) acham que a arte e “collectibles” (como carros, vinhos, etc.) devem ser integrados na oferta de gestão de riqueza
- Mais bancos estão a oferecer empréstimos com arte como garantia: 36% dos bancos privados pesquisados disseram que oferecem “art secured lending” e “art financing services”. Esta percentagem é mais alta do que nos anos anteriores
- O retorno anual composto para o All Art World Index foi de 7% entre 2003 e 2013, um pouco abaixo do retorno total S&P 500 de 7,4%. No entanto, a arte pós-guerra e contemporânea, bem como obras de arte tradicionais chinesas tiveram retornos anuais compostos de 10,5% e 14,9%, respetivamente.



JOÃO BOULLOSA
Managing Partner
DUO Capital

Falta de conteúdo!

Raramente escrevo e falo de política, confesso, é uma maçada! Mas neste momento chego ao ponto de ter vergonha alheia por aquilo que leio e ouço.

Já começou a campanha eleitoral e o debate de ideias continua vazio como sempre. E os responsáveis principais são a classe política como não poderia deixar de ser, nomeadamente a oposição. Mas com alguma dose de culpa aponto os jornalistas e as cadeias noticiosas por convidarem sempre os mesmos e concederem espaços de opinião a ex-governantes da esquerda à direita que mais não fazem do que usar sempre a mesma retórica: a crítica pela crítica mas nenhuma ideia nova.

As últimas semanas tem sido marcadas no espaço político pelo devasso da vida privada, pelas acusações de falta de ética, pelo escrutínio das declarações públicas e interpretação à medida do que

se quer insinuar. E não se fala de outra coisa, quer os jornais quer os canais noticiosos todos dão relevo às mesmas declarações sem qualquer interesse e assim se enche um espaço noticioso com nada de relevante.

A mim pessoalmente espantam-me a leviandade com que alguns ex-governantes que tiveram muitas responsabilidades em Governos anteriores critiquem tudo e mais alguma coisa e mostrem-se revoltados com a situação do País. Governo atrás de Governo contribuíram para o monstro do défice, para a teia de proteção dos interesses de alguns grupos protegidos em detrimento do interesse público e para a quebra de confiança no aparelho público. Não existe vergonha na cara nem peso de consciência, mas isto é o que merecemos quando damos tempo de antena a quem não merece. Ideias novas que contribuam para

modernizar o país, para apoiar o investimento, para profissionalizar a gestão nas pequenas e médias empresas, essas não são discutidas. Fala-se constantemente no impacto da austeridade na economia Portuguesa, na comparação do país pré e pós Troika, da atribuição de culpas aos vários governantes, da submissão do país à Alemanha e no nível alto de impostos hoje existente. De facto tudo isso é importante, mas já todos percebemos o que foi feito e os sacrifícios que daí vieram. Importa muito mais discutir o futuro, falta falar de medidas concretas, com mais ou menos profundidade, falta deixar os interesses pessoais de lado e discutir pelo interesse de todos.

O vazio do debate de ideias faz-me constatar que na política não andam os melhores, nem perto disso. A política em Portugal não é sexy e isso é um sintoma do quanto as coisas andam mal.